



Alex Assis de Mendonça

Equipe Nacional do eSocial (RFB)

Auditor-Fiscal da RFB

RJ, 20/09/2018.



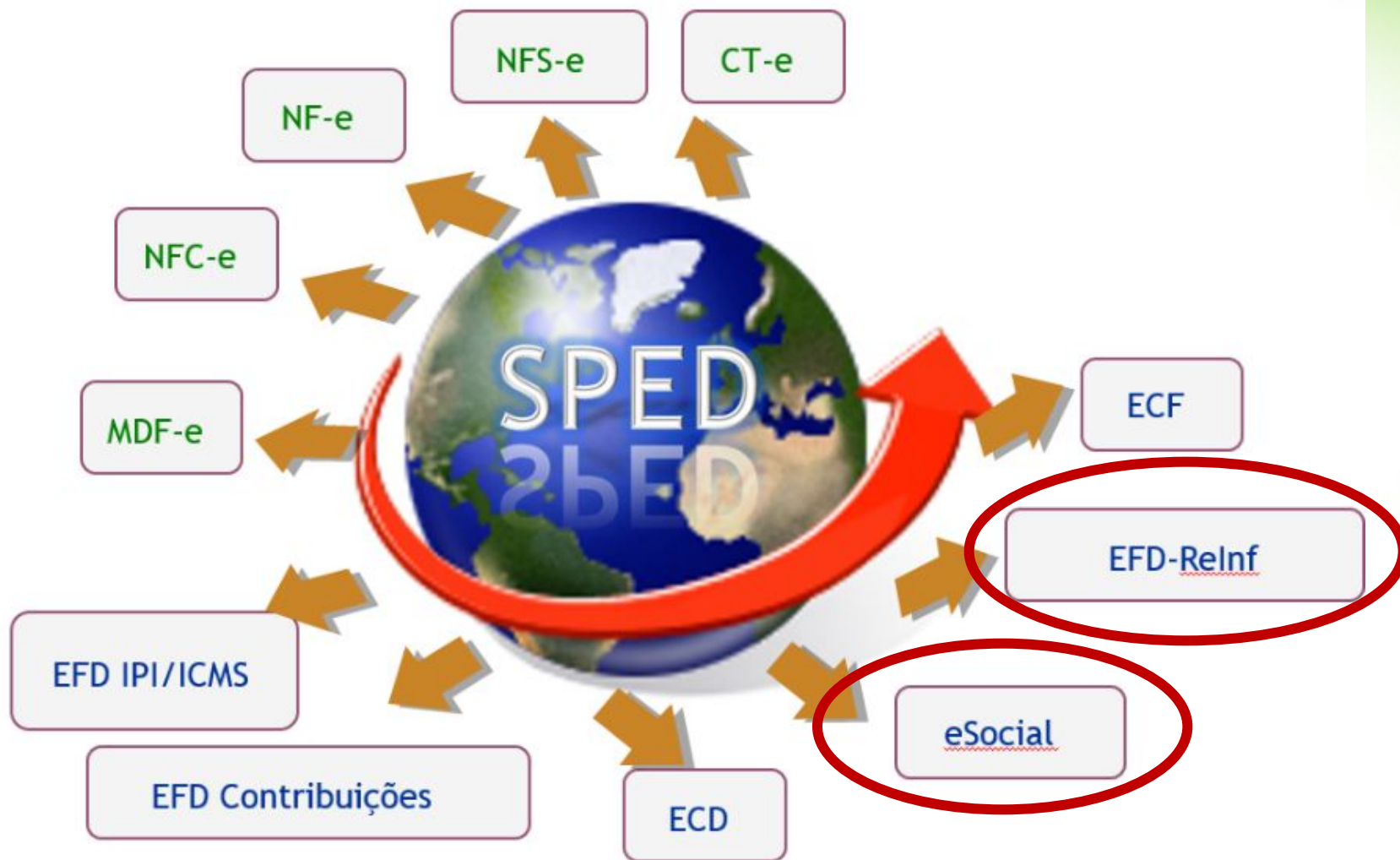
INSS
INSTITUTO NACIONAL
DO SEGURO SOCIAL

CAIXA



Receita Federal





Confira o cronograma de implantação



Cadastros do empregador e tabelas

Dados dos trabalhadores e seus vínculos com as empresas (eventos não periódicos)

Folha de pagamento

Substituição da GFIP para recolhimento de contribuições previdenciárias

Substituição da GFIP para recolhimento de FGTS

Dados de segurança e saúde do trabalhador

Grandes Empresas*

2018

Janeiro

2018

Março

2018

Maio

2018

Agosto

2018

Novembro

2019

Janeiro

Demais Empresas*

2018

16^{*}
Julho

2018

Outubro^{*}

2018

Novembro

2019

Janeiro

2019

Janeiro

2019

Janeiro

Pessoas Físicas*

2019

14
Janeiro

2019

Março

2019

Maio

2019

Julho

2019

Julho

2019

Julho

Órgãos Públicos

2019

14
Janeiro

2019

Março

2019

Maio

2019

Julho

2019

Julho

2019

Julho

*Empresas com faturamento anual maior que R\$ 78 milhões

*inclusive micro, pequenas e MEIs que tenham empregados

*Micro, pequenas e MEIs têm até novembro para o envio das informações

*Não inclui empregadores domésticos

Nota sobre fiscalização durante a fase de implantação do eSocial

Comitê Gestor do eSocial esclarece questionamentos feitos por empregadores quanto ao descumprimento dos prazos do faseamento

por

Publicado: 05/07/2018 16h04

Última modificação: 05/07/2018 16h04



Considerando os questionamentos encaminhados ao fale conosco do eSocial sobre as penalidades que serão aplicadas pelo descumprimento dos prazos previstos no "faseamento" do período de implantação do eSocial, o Comitê Gestor esclarece:

1. A primeira etapa do processo de implantação do eSocial tem caráter experimental, direcionado prioritariamente às adequações dos ambientes tecnológicos dos empregadores e à homologação prática do sistema, e não gerarão obrigações jurídicas para o empregador, nem prejudicarão direitos trabalhistas ou previdenciários, até que as obrigações acessórias originais sejam formalmente substituídas pela transmissão dos eventos do eSocial, por ato dos respectivos entes responsáveis;
2. O Comitê Gestor orientará os órgãos fiscalizadores quanto à não aplicação de penalidades pelo eventual descumprimento dos prazos das fases 1, 2 e 3, desde que o empregador comprove que estava aprimorando seus sistemas internos durante aquele período. É também premissa para a não sujeição às penalidades que o empregador demonstre que o descumprimento dos prazos se deu por questões técnicas, inerentes às dificuldades de implantação, mas que houve efetivas tentativas de prestar as informações (mesmo que sem sucesso), com registros de protocolos de envio de eventos para o ambiente nacional.
3. A mera inércia do empregador em implantar as adequações ou promover os ajustes necessários em seu sistema não caracterizará a boa fé que o isentaria da aplicação de penalidades.

COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Lei nº 13.670, de 2018:

Art. 8º A Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 26-A. O disposto no art. 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996:

I - aplica-se à compensação das contribuições a que se referem os arts. 2º e 3º desta Lei efetuada pelo sujeito passivo que utilizar o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), para apuração das referidas contribuições, observado o disposto no § 1º deste artigo;

II - não se aplica à compensação das contribuições a que se referem os arts. 2º e 3º desta Lei efetuada pelos demais sujeitos passivos; e

III - não se aplica ao regime unificado de pagamento de tributos, de contribuições e dos demais encargos do empregador doméstico (Simples Doméstico).

(*) IN RFB nº 1.717, de 2017 já foi adequada pela IN RFB nº 1.810, de 2018.



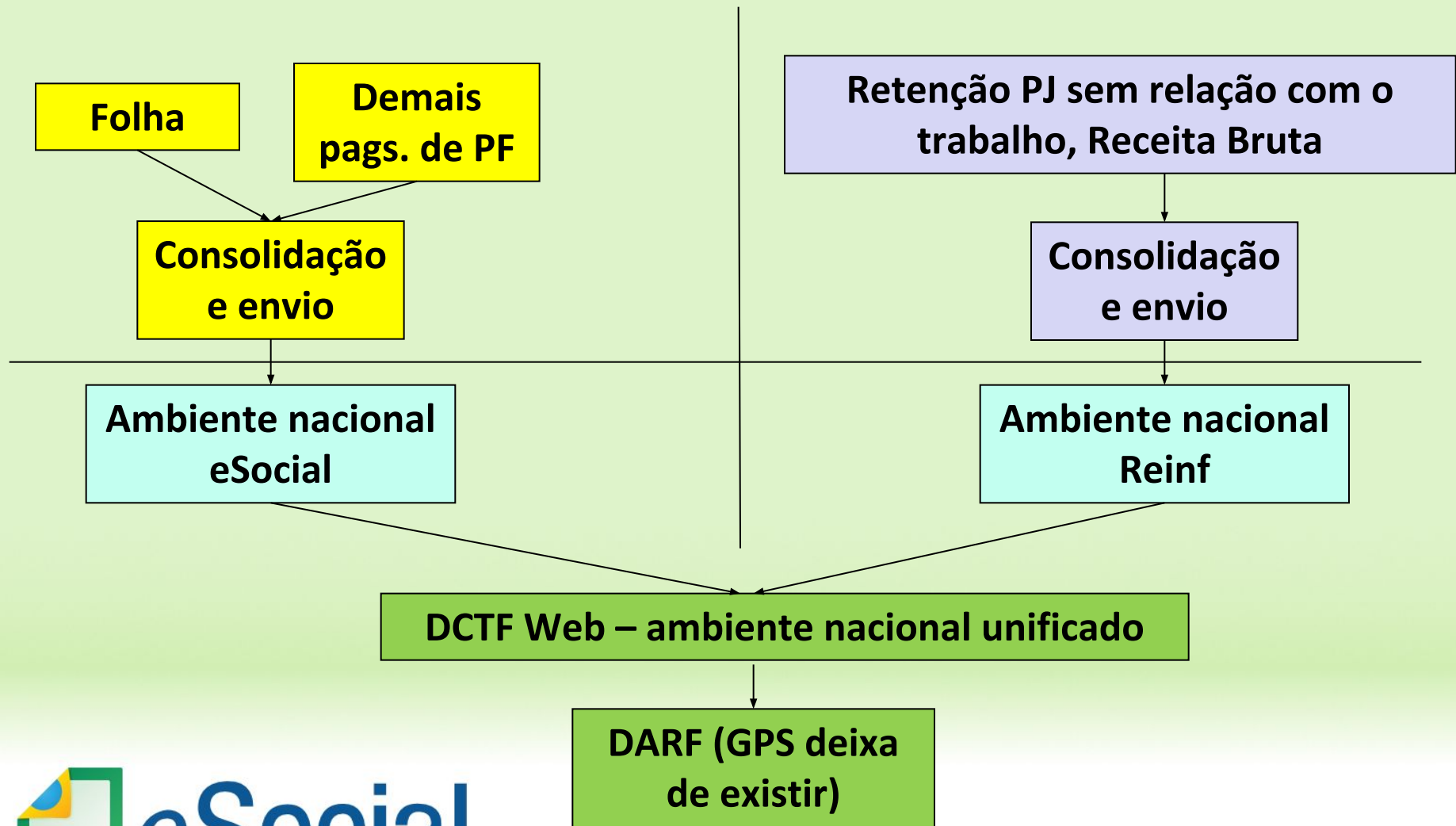
Uma nova era nas relações entre empregadores, empregados e governo



X

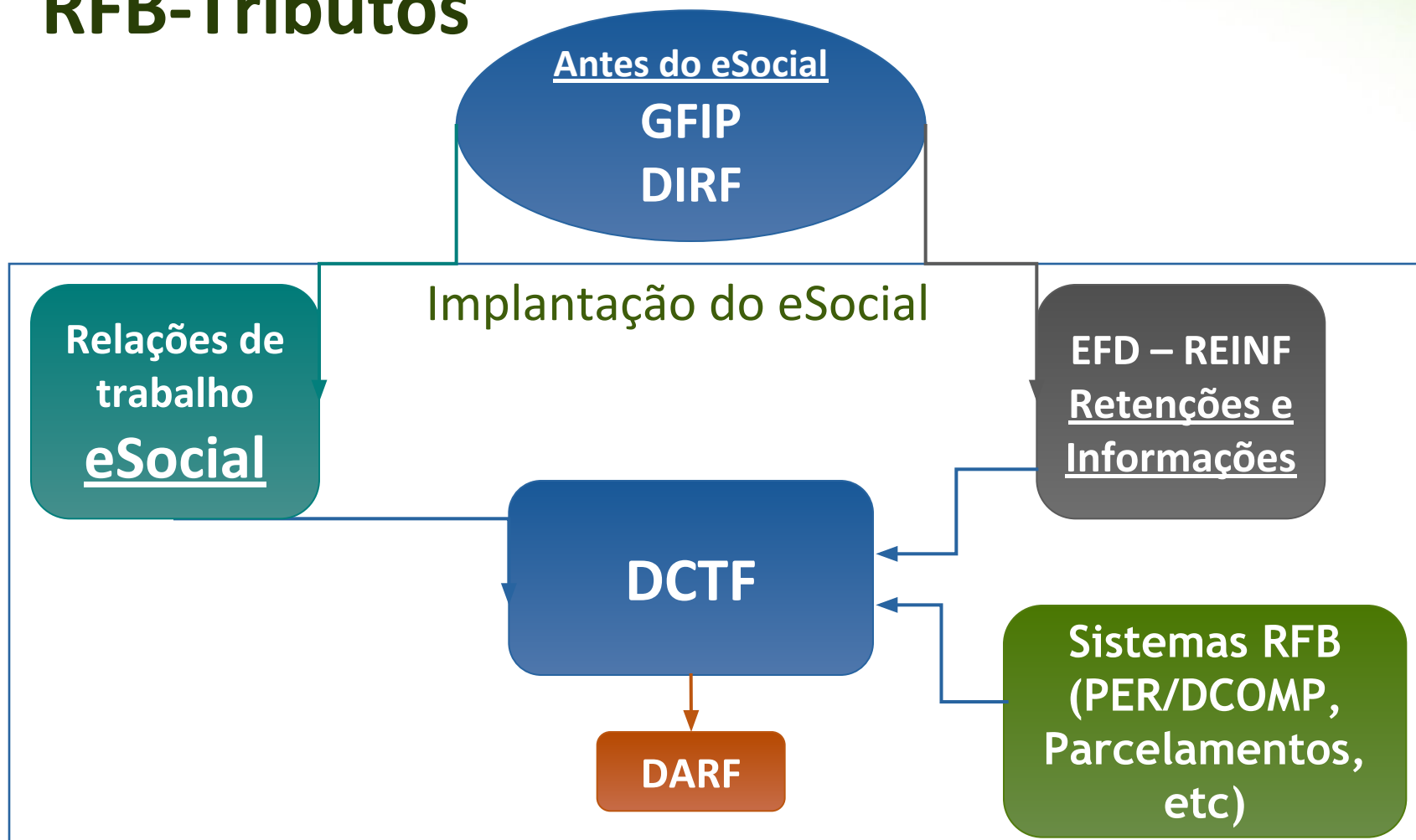


Integração eSocial e Reinf



Uma nova era nas relações entre empregadores, empregados e governo

RFB-Tributos



eSocial empresa - EVENTOS -

Eventos do eSocial

✓Classificações:

a) Quanto a prioridade de envio

- Eventos iniciais (informações do empregador + tabelas + cadastramento inicial do vínculo)
- Eventos não iniciais (demais eventos não periódicos e periódicos)

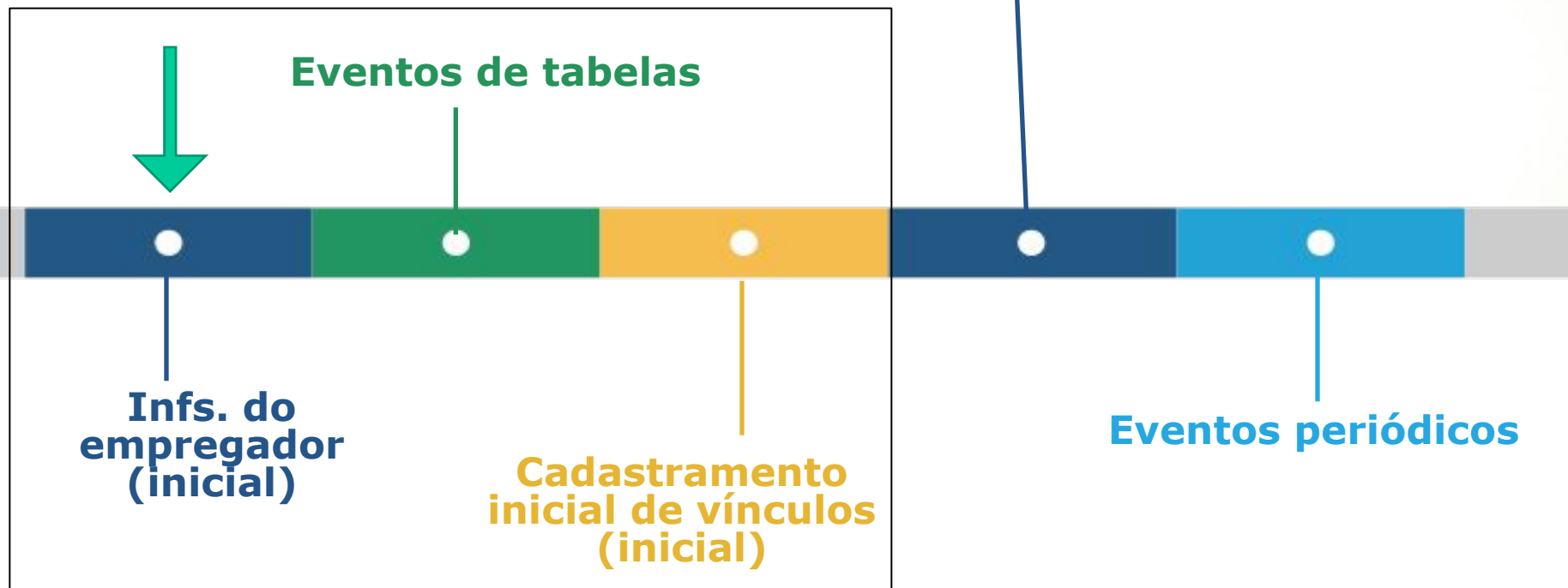
b) Quanto a natureza do evento

- Eventos de Tabelas;
- Eventos Não Periódicos;
- Eventos Periódicos.

Eventos do eSocial - Sequenciamento

Eventos Iniciais

Eventos não periódicos



Evento S-1000 – S-1000 – Informações do Empregador/Contribuinte/Órgão Público

Conceito do evento: Evento onde são fornecidas pelo empregador/contribuinte/órgão público as informações cadastrais, alíquotas e demais dados necessários ao preenchimento e validação dos demais eventos do eSocial, inclusive para apuração das contribuições previdenciárias devidas ao RGPS e do FGTS. Este é o primeiro evento que deve ser transmitido pelo empregador/contribuinte/órgão público. Não pode ser enviado qualquer outro evento antes deste.

Quem está obrigado: O empregador/contribuinte/órgão público, no início da utilização do eSocial e toda vez que ocorra alguma alteração nas informações relacionadas aos campos envolvidos nesse evento.

Prazo de envio: A informação prestada neste evento deve ser enviada no início da utilização do eSocial e pode ser alterada no decorrer do tempo, hipótese em que deve ser enviado este mesmo evento com a informação nova, quando da sua ocorrência.

Evento S-1000 – S-1000 – Informações do Empregador/Contribuinte/Órgão Público

Informações adicionais:

Neste evento estão discriminadas informações que influenciarão na apuração correta das contribuições previdenciárias e dos depósitos do FGTS, como:

- classificação tributária do contribuinte,
- indicativo de desoneração da folha,
- Dados da “isenção” (EBAS),
- Indicativo da existência de acordo internacional para isenção de multa
- Indicativo da Situação da Pessoa Jurídica: (normal, extinção, fusão, cisão ou incorporação),
- Indicativo de cooperativas (Não é coop, coop. de trabalho, de produção, outra)
- Indicativo de construtora
- Indicativo de opção pelo registro eletrônico de empregados.
- Indicativo de entidade educativa sem fins lucrativos que tenha por objetivo a assistência ao adolescente e à educação profissional,
- Indicativo de empresa de trabalho temporário.

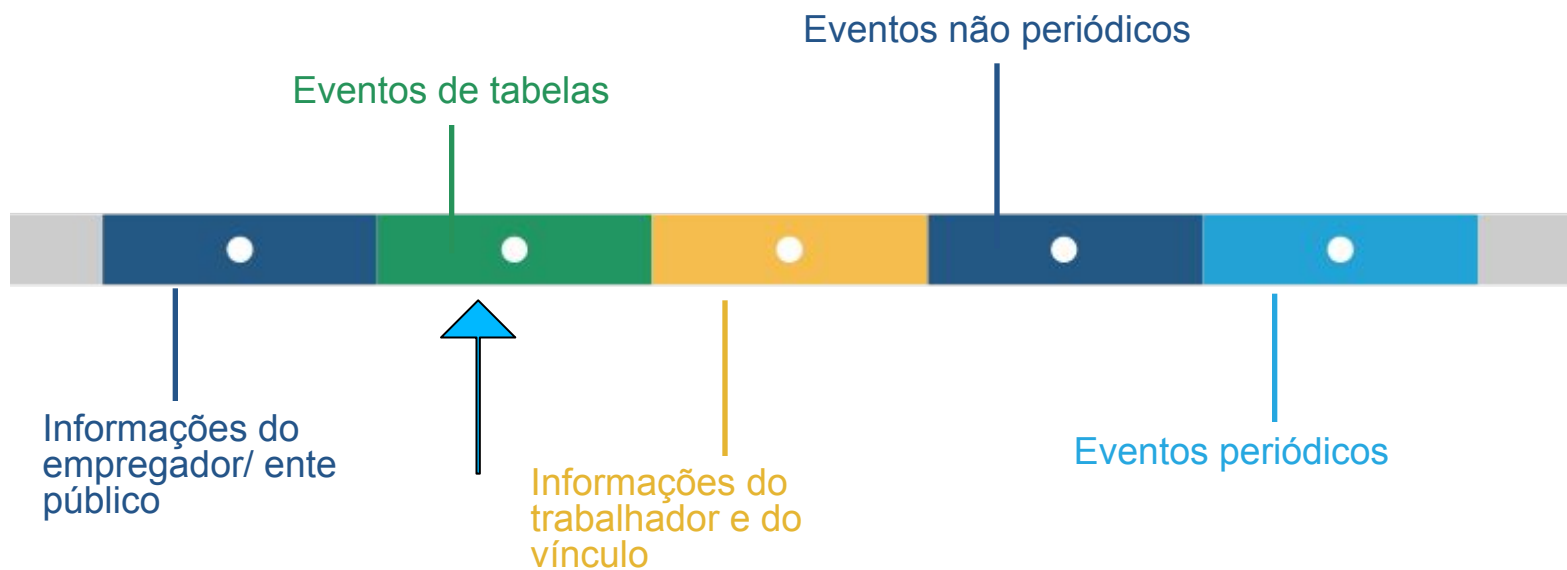
Tabela 08 - Classificação Tributária

Código	Descrição
01	Empresa enquadrada no regime de tributação Simples Nacional com tributação previdenciária substituída
02	Empresa enquadrada no regime de tributação Simples Nacional com tributação previdenciária não substituída
03	Empresa enquadrada no regime de tributação Simples Nacional com tributação previdenciária substituída e não substituída
04	MEI - Micro Empreendedor Individual
06	Agroindústria
07	Produtor Rural Pessoa Jurídica
08	Consórcio Simplificado de Produtores Rurais
09	Órgão Gestor de Mão de Obra
10	Entidade Sindical a que se refere a Lei 12.023/2009
11	Associação Desportiva que mantém Clube de Futebol Profissional
13	Banco, caixa econômica, sociedade de crédito, financiamento e investimento e demais empresas relacionadas no parágrafo 1º do art. 22 da Lei 8.212/91
14	Sindicatos em geral, exceto aquele classificado no código [10]
21	Pessoa Física, exceto Segurado Especial
22	Segurado Especial
60	Missão Diplomática ou Repartição Consular de carreira estrangeira
70	Empresa de que trata o Decreto 5.436/2005
80	Entidade Beneficente de Assistência Social isenta de contribuições sociais
85	Ente Federativo, Órgãos da União, Autarquias e Fundações Públicas
99	Pessoas Jurídicas em Geral

Tabela 21 – Natureza Jurídica

1	Administração Pública
101-5	Órgão Público do Poder Executivo Federal
102-3	Órgão Público do Poder Executivo Estadual ou do DF (...)
2	Entidades empresariais
201-1	Empresa Pública
203-8	Sociedade de Economia Mista
204-6	Sociedade Anônima Aberta
205-4	Sociedade Anônima Fechada
206-2	Sociedade Empresária Limitada (...)
3	Entidades sem fins lucrativos
303-4	Serviços Notarial e Registral (cartórios)
306-9	Fundação Privada
307-7	Serviço Social Autônomo
308-5	Condomínio Edilício (...)
4	Pessoas Físicas (...)
5	Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais (...)

Eventos do eSocial - Classificação e Sequenciamento



Tabelas do eSocial

TABELA	DESCRIÇÃO
Tabela 1	Categorias de Trabalhadores
Tabela 2	Financiamento da Aposent Especial e Redução Tempo de Contribuição
Tabela 3	Natureza das Rubricas da Folha de Pagamento
Tabela 4	Códigos e Alíquotas de FPAS/Terceiros
Tabela 5	Tipos de Inscrição
Tabela 6	Países
Tabela 7	Tipos de Dependentes
Tabela 8	Classificação Tributária
Tabela 9	Tipos de Arquivo do eSocial
Tabela 10	Tipos de Lotação Tributária
Tabela 11	Compatibilidade entre Categoria de Trabalhadores, Classificação Tributária e Tipos de Lotação
Tabela 12	Compatibilidade entre Tipos de Lotação e Classificação Tributária
Tabela 13	Parte do corpo atingida
Tabela 14	Agente causador do Acidente de Trabalho
Tabela 15	Agente Causador/Situação Geradora de Doença Profissional
Tabela 16	Situação Geradora do Acidente de Trabalho
Tabela 17	Descrição da Natureza da Lesão
Tabela 18	Motivos de Afastamento
Tabela 19	Motivos de Desligamento
Tabela 20	Tipos de Logradouros
Tabela 21	Natureza Jurídica
Tabela 22	Compatibilidade entre FPAS e Classificação Tributária
Tabela 23	Fatores de Riscos do Meio Ambiente do Trabalho
Tabela 24	Codificação de Acidente de Trabalho
Tabela 25	Tipos de Benefícios Previdenciários
Tabela 26	Motivos de Cessação de Benefícios Previdenciários

Eventos de tabelas

Completam os eventos iniciais e validam eventos periódicos e não periódico.

Indispensável para a apuração das bases de cálculo e do valor devido

Eventos de Tabela (Tabelas do empregador):

S-1005 – Tabela de Estabelecimentos, Obras ou Unidades de Órgãos Públicos.....	
S-1010 – Tabela de Rubricas	
S-1020 – Tabela de Lotações Tributárias
S-1030 – Tabela de Cargos/Empregos Públicos	
S-1035 – Tabela de Carreiras Públicas	
S-1040 – Tabela de Funções e Cargos em Comissão	
S-1050 – Tabela de Horários/Turnos de Trabalho	
S-1060 – Tabela de Ambientes de Trabalho	
S-1070 – Tabela de Processos Administrativos/Judiciais	
S-1080 – Tabela de Operadores Portuários	

S-1065 – Tabela de Equipamentos de Proteção (será incluída na próxima versão do MOS)

Eventos de tabelas

Tabela de Estabelecimentos, Obras ou Unidades de Órgãos Públicos (S-1005)

Dados do estabelecimento: CNPJ, endereço, CNAE, GILRAT

Indicação de existência de processos administrativos (S-1070)

Indicação do tipo de registro de ponto
Serve para identificar o local de trabalho

Eventos de tabelas

Tabela de Rubricas (S-1010)

Código, descrição, tipo (V/D/I/ID)

Natureza da rubrica – Tabela 3

Incidência de CP, IR e FGTS

Repercussões: DSR, 13º, Férias, Aviso prévio

Tipos de rubrica:

- 1 - **Vencimento, provento ou pensão** – gênero no qual se incluem todos os valores pagos ao trabalhador que integram ou não a base de cálculo de tributos ou do FGTS.
- 2 – **Desconto.**
- 3 – **Informativa** - valor não pago como provento nem descontado do trabalhador, mas que pode ser base de cálculo de tributos ou do FGTS. Exemplos: salário-maternidade pago pelo INSS e benefícios previdenciários de natureza acidentária.
- 4 - **Informativa dedutora** - valor não pago como provento nem descontado do trabalhador, mas que pode reduzir alguma base de cálculo de tributo ou do FGTS. Exemplo: dedução de dependente na apuração do imposto de renda da pessoa física.

Tabela 3 – Tabela de Natureza das Rubricas da Folha de Pagamento

Código	Nome da Natureza da Rubrica	Descrição da Natureza da Rubrica
1000	Salário, vencimento, soldo ou subsídio.	Corresponde ao salário básico contratual do empregado contratado de acordo com a CLT e a remuneração mensal do servidor público, civil ou militar. Deve ser classificada nesse código também, a remuneração paga ao trabalhador afastado por motivo de doença ou acidente de trabalho, por período de até 15 dias.
1002	Descanso semanal remunerado - DSR	Valor correspondente a um dia de trabalho do empregado, incidente sobre as verbas de natureza variável, tais como: horas extras, adicional noturno, produção, comissão, etc.
1003	Horas extraordinárias	Valor correspondente a hora de trabalho do empregado, acrescido de percentual de no mínimo, 50%.
1004	Horas extraordinárias – Indenização de banco de horas	Valor correspondente a pagamento das horas extraordinárias, inicialmente destinadas para o banco de horas e que não foram compensadas.
1005	Direito de arena	Valores pagos ao atleta a título direito de arena decorrente do espetáculo.
1007	Luvas e premiações	Valores pagos ao atleta a título de prêmios e luvas.
1009	Salário-família – complemento	Valor pago ao trabalhador, excedente ao valor do salário-família fixado pela previdência social.

Integração entre Eventos

S-1010 - Tabela de Rubricas

CodRubr	descRubr	natRubr	tpRubr	codIncCP	codIncFGTS
100	Salário	1000	1	11	11
120	Verba Extraordinária	1003	1	00	00
140	Adicional Especial	1205	1	11	11
180	Gratificação especial	1211	1	00	00
220	Abatimentos	9208	2	11	
240	INSS	9201	2	31	
410	Adiantamento	5501	1	00	
420	Desconto Adto.	9200	2	00	

Remuneração do

Tabela de natureza de rubricas

Tabela 3 – Tabela de Natureza das Rubricas da Folha de Pagamento

Código	Nome da Natureza da Rubrica	Descrição da Natureza da Rubrica
1000	Salário, vencimento, soldo ou subsídio.	Corresponde ao salário básico contratual.
1003	Horas extraordinárias	Valor correspondente a hora de trabalho acrescida de percentual de no mínimo, 50%.
1205	Adicional noturno	Valor correspondente ao adicional noturno.

Tabela S-1070 – Processos Administrativos/Judiciais

Indicativo de suspensão da exigibilidade:

01 - Liminar em Mandado de Segurança;

02 - Depósito Judicial do Montante Integral;

03 - Depósito Administrativo do Montante Integral;

04 - Antecipação de Tutela;

05 - Liminar em Medida Cautelar;

08 - Sentença em Mandado de Segurança Favorável ao Contribuinte;

09 - Sentença em Ação Ordinária Favorável ao Contribuinte e Confirmada pelo TRF;

10 - Acórdão do TRF Favorável ao Contribuinte;

11 - Acórdão do STJ em Recurso Especial Favorável ao Contribuinte;

12 - Acórdão do STF em Recurso Extraordinário Favorável ao Contribuinte;

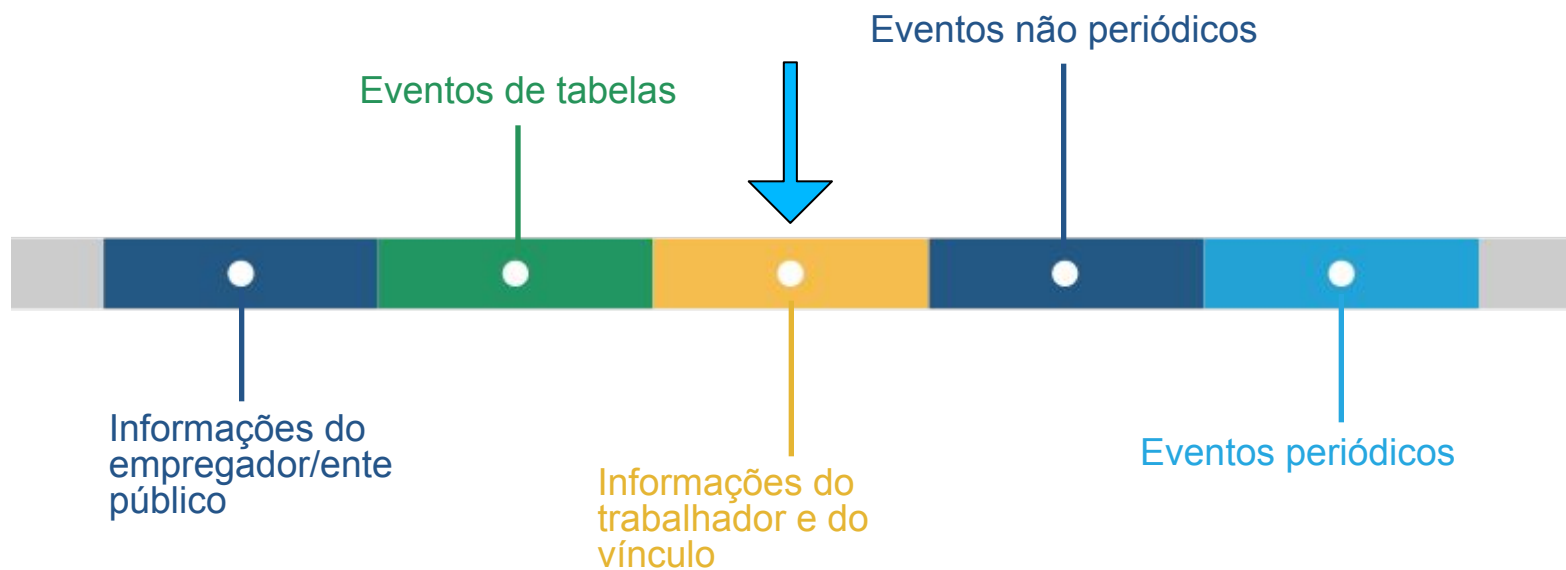
13 - Sentença 1ª instância não transitada em julgado com efeito suspensivo;

14 - Contestação Administrativa FAP;

90 - Decisão Definitiva a favor do contribuinte;

92 - Sem suspensão da exigibilidade.

Eventos do eSocial - Sequenciamento



CAIXA

FGTS
FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO

MTE
Ministério do Trabalho e Emprego

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Receita Federal

CAIXA

MTE
Ministério do Trabalho e Emprego

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Receita Federal

Informações do Trabalhador e do Vínculo

Cadastramento Inicial do Vínculo e Admissão/Ingresso de Trabalhador (S-2200)

Prazo de envio: até o dia 7 do mês seguinte

Dados cadastrais e contratuais – RGPS / RPPS

Dependentes: nome, tipo, data nascimento, CPF, SF/IR

Regime trabalhista/estatutário: data admissão, horário

Dados do vínculo:

Código do cargo (evento S-1030)

Informações do Trabalhador e do Vínculo

Trabalhador sem vínculo empregatício/estatutário – Início - TSVE (S-2300)

Prazo de envio: até o dia 7 do mês subsequente ao do início da prestação do serviço

Dados cadastrais do trabalhador

Informações relativas ao início da prestação do serviço

Data, natureza (urbano/rural), função, remuneração

Trabalhador cedido: CNPJ do cedente, matrícula no cedente

São TSVE obrigatórios

- Trabalhadores avulsos portuários e não portuários;
- Dirigentes sindicais;
- Estagiários;
- Diretores não empregados;
- Cooperados;
- Servidores públicos indicados para Conselho ou Órgão Administrativo;
- Membros de conselho tutelar e trabalhadores cedidos;
- Titular de firma individual e os demais constantes no inciso V do Artigo 11 da Lei nº 8.212/1991)
- Conscritos.
- Cedidos/ Requisitados

O síndico na Lei nº 8.212, de 1991

Art. 12. São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas: [...]

V - como contribuinte individual: (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 1999). [...]

f) o titular de firma individual urbana ou rural, o diretor não empregado e o membro de conselho de administração de sociedade anônima, o sócio solidário, o sócio de indústria, o sócio gerente e o sócio cotista que recebam remuneração decorrente de seu trabalho em empresa urbana ou rural, e o associado eleito para cargo de direção em cooperativa, associação ou entidade de qualquer natureza ou finalidade, bem como o síndico ou administrador eleito para exercer atividade de direção condominial, desde que recebam remuneração; (Incluído pela Lei nº 9.876, de 1999).

O condomínio na IN RFB nº 971, de 2009

Art. 3º Empresa é o empresário ou a sociedade que assume o risco de atividade econômica urbana ou rural, com fins lucrativos ou não, bem como os órgãos e entidades da Administração Pública Direta ou Indireta.[...]

§ 4º Equipara-se a empresa para fins de cumprimento de obrigações previdenciárias:

[...]

III - a associação ou a entidade de qualquer natureza ou finalidade, inclusive o condomínio;

Art. 57. As bases de cálculo das contribuições sociais previdenciárias da empresa e do equiparado são as seguintes:[...]

§ 3º Integra a remuneração, para fins do disposto no inciso II do caput, o valor da taxa de condomínio da qual é isento de pagamento o síndico ou o administrador eleito para exercer atividade de administração condominial.

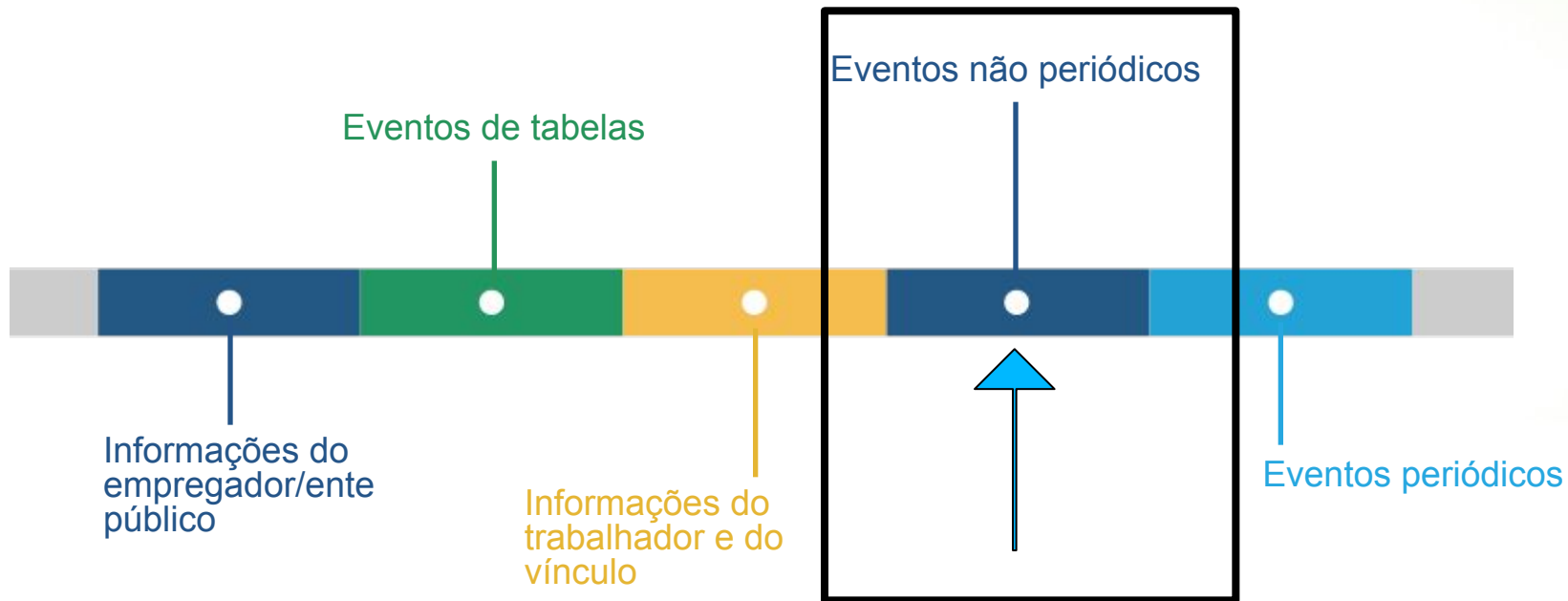
Condomínio edilício: trabalhadores

1) Trabalhadores informados pelo condomínio por meio do eSocial:

- Síndico - Código da categoria = 761 -> evento: S-2300**
- Autônomos - Código da categoria = 701 -> evento: S-2300**
- MEI (qdo prestar serviços de HEPACMRV) - Código da categoria = 741 -> evento: S-2300**
- Empregados - Código da categoria = 101 -> evento: S-2200**

2) Trabalhadores informados pela empresa prestadora de serviços por meio do eSocial – trabalhadores terceirizados contratados pelo condomínio

Eventos do eSocial - Sequenciamento



Eventos não periódicos

- ✓ Não tem uma data pré-fixada para ocorrer
- ✓ Dependem de acontecimentos na relação entre a empresa/ente público e o trabalhador

Eventos não periódicos

S-2190 – Admissão de Trabalhador – Registro Preliminar	
S-2200 – Cadastramento Inicial do Vínculo e Admissão/Ingresso de Trabalhador	
S-2205 – Alteração de Dados Cadastrais do Trabalhador	
S-2206 – Alteração de Contrato de Trabalho	
S-2210 – Comunicação de Acidente de Trabalho	
S-2220 – Monitoramento da Saúde do Trabalhador e Exame Toxicológico	
S-2231 → S-2230 – Afastamento Temporário	
S-2240 – Condições Ambientais do Trabalho - Fatores de Risco	
S-2245 – Treinamentos e Capacitações	
S-2250 – Aviso Prévio	
S-2260 – Convocação para Trabalho Intermitente	
S-2298 – Reintegração	
S-2299 – Desligamento	
S-2300 – Trabalhador Sem Vínculo de Emprego/Estatutário - Início	
S-2306 – Trabalhador Sem Vínculo de Emprego/Estatutário - Alteração Contratual .	
S-2399 – Trabalhador Sem Vínculo de Emprego/Estatutário - Término	
→ S-2400 – Cadastro de Benefícios Previdenciários - RPPS	

RET – Registro de Eventos Trabalhistas

- É a Central de Inteligência do eSocial;
- Consiste numa base de dados alimentada com informações de eventos não periódicos recebidos no âmbito do eSocial;
- Tem sua formação inicial com o evento S-2200;
- Suas regras definem a aceitação ou rejeição de um novo evento;
- É alimentado pelos eventos S-2200 a S-2399.

EVENTOS DE SST

São definidos como eventos de Segurança e Saúde no Trabalho – SST os abaixo elencados:

- S-1060 - Tabela de Ambientes de Trabalho;
- S-1065 – Tabela de Equipamentos de Proteção
- S-2210 - Comunicação de Acidente de Trabalho;
- S-2220 - Monitoramento da Saúde do Trabalhador e Exame Toxicológico;
- S-2240 - Condições Ambientais do Trabalho - Fatores de Risco;
- S-2245 - Treinamentos e Capacitações.

Tabelas criadas pelo empregador

S-1065

Tabela de Equipamentos de Proteção

S-1060

Tabela de Ambientes de Trabalho
(Utilizar tabela 23)

S-1005

Tabela de Estabelecimentos, obras ou unidades de órgãos públicos (grupo {infoSST})
(Utilizar tabela 30)

Reconhecimento de fatores de risco, monitoramento da saúde do trabalhador e toxicológico

S-2240

Condições Ambientais do Trabalho - Fatores de Risco
(Utilizar tabela 23 e 28)

S-2220

Monitoramento da Saúde do Trabalhador e Exame Toxicológico
(Utilizar tabela 24)

S-2245

Treinamentos e capacitações
(Utilizar tabela 29)

Acidentes do Trabalho e Afastamentos temporários

S-2210

Comunicação de Acidente do Trabalho
(Utilizar tabelas 13, 14, 15, 16, 17 e 24)

S-2230

Afastamento Temporário

Tabelas do eSocial

Tabela 23

Fatores de Riscos

Tabela 28

Atividades perigosas, insalubres e/ou especiais

Tabela 24

Procedimentos Diagnósticos

Tabela 29

Treinamentos e Capacitações

Tabela 30

Programas e Documentos

Tabelas do eSocial CAT

Tabela 13

Parte do Corpo Atingida

Tabela 14

Agente Causador do Acidente de Trabalho

Tabela 15

Agente Causador/Situação Geradora da Doença Profissional

Tabela 16

Situação Geradora do Acidente de Trabalho

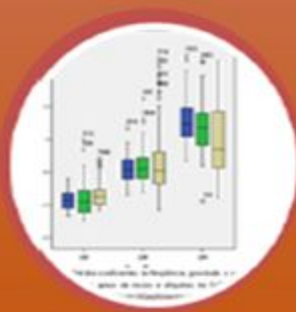
Tabela 17

Descrição da Natureza da Lesão

Tabela 24

Codificação de Acidentes de Trabalho

Tributação sobre o meio ambiente no eSocial



Grau de Incidência de Incapacidade Laborativa decorrente dos Riscos Ambientais do Trabalho - RAT



Fator Acidentário de Prevenção – FAP
(Dosador do SAT)



Financiamento da Aposentadoria Especial – FAE
(Adicional do SAT)

Tributação sobre o Meio Ambiente do trabalho

Tributação sobre o meio ambiente no eSocial

GILRAT

- 1, 2 ou 3%, de acordo com o CNAE

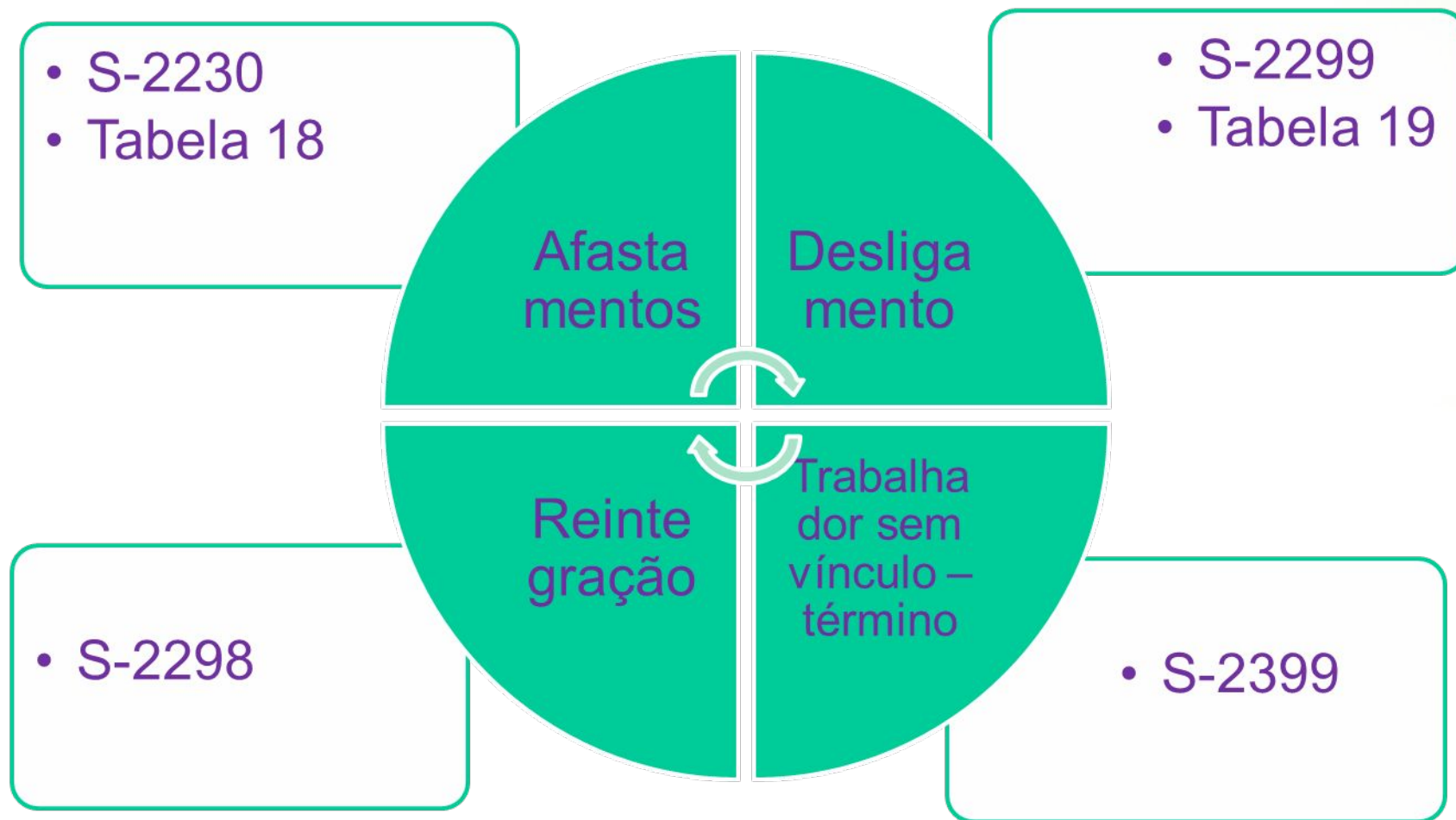
FAP

- 0,5 a 2,0 sobre o GILRAT , de acordo com a ocorrência de acidentes de trabalho

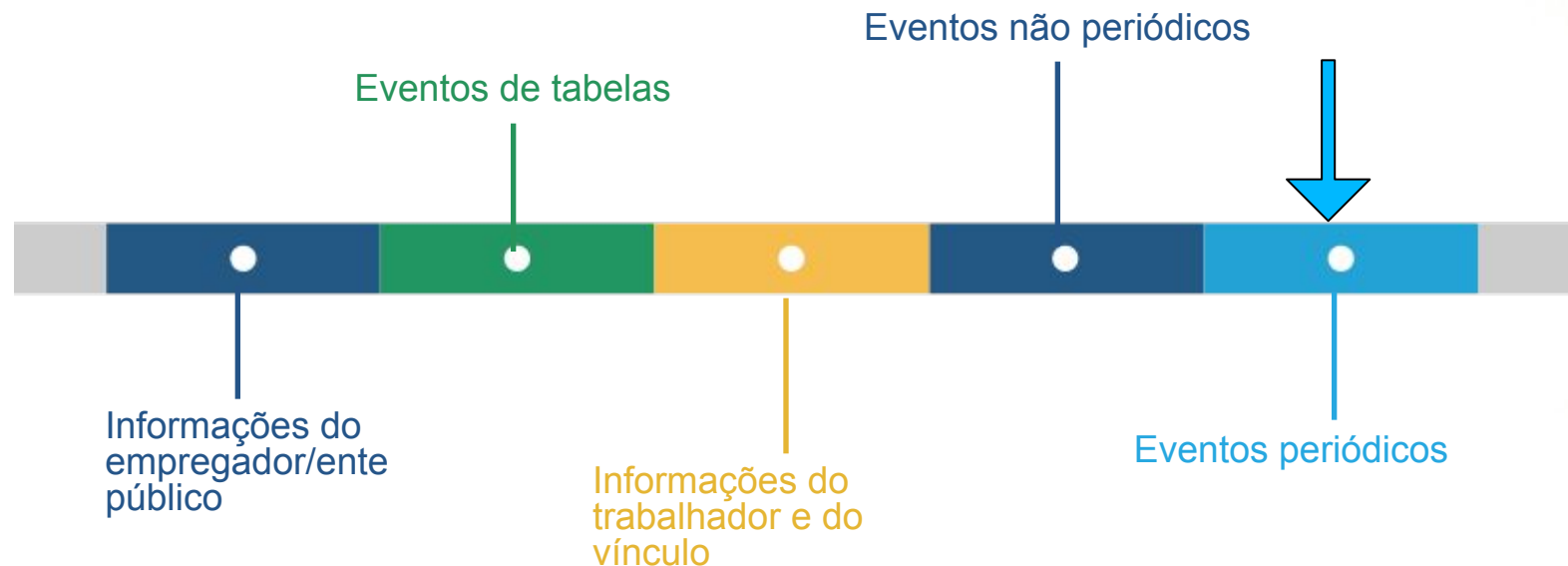
Apos.
Especial

- 15, 20 ou 25 anos
- 12, 9 ou 6%

Eventos não periódicos



Eventos do eSocial - Sequenciamento



CAIXA

FGTS
FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO

MTE
Ministério do Trabalho e Emprego

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Receita Federal

CAIXA

MTE
Ministério do Trabalho e Emprego

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Receita Federal

Eventos periódicos

S-1200 – Remuneração de trabalhador vinculado ao Regime Geral de Previdência Social	
S-1202 – Remuneração de servidor vinculado a Regime Próprio de Previdência Social – RPPS ...	
S-1207 – Benefícios Previdenciários - RPPS.....	→ Benefícios – entes públicos (NDE 02)
S-1210 – Pagamentos de Rendimentos do Trabalho	
S-1250 – Aquisição de Produção Rural	
S-1260 – Comercialização da Produção Rural Pessoa Física	
S-1270 – Contratação de Trabalhadores Avulsos Não Portuários	
S-1280 – Informações Complementares aos Eventos Periódicos	
S-1295 – Solicitação de Totalização para Pagamento em Contingência.....	
S-1298 – Reabertura dos Eventos Periódicos	
S-1299 – Fechamento dos Eventos Periódicos	
S-1300 – Contribuição Sindical Patronal	

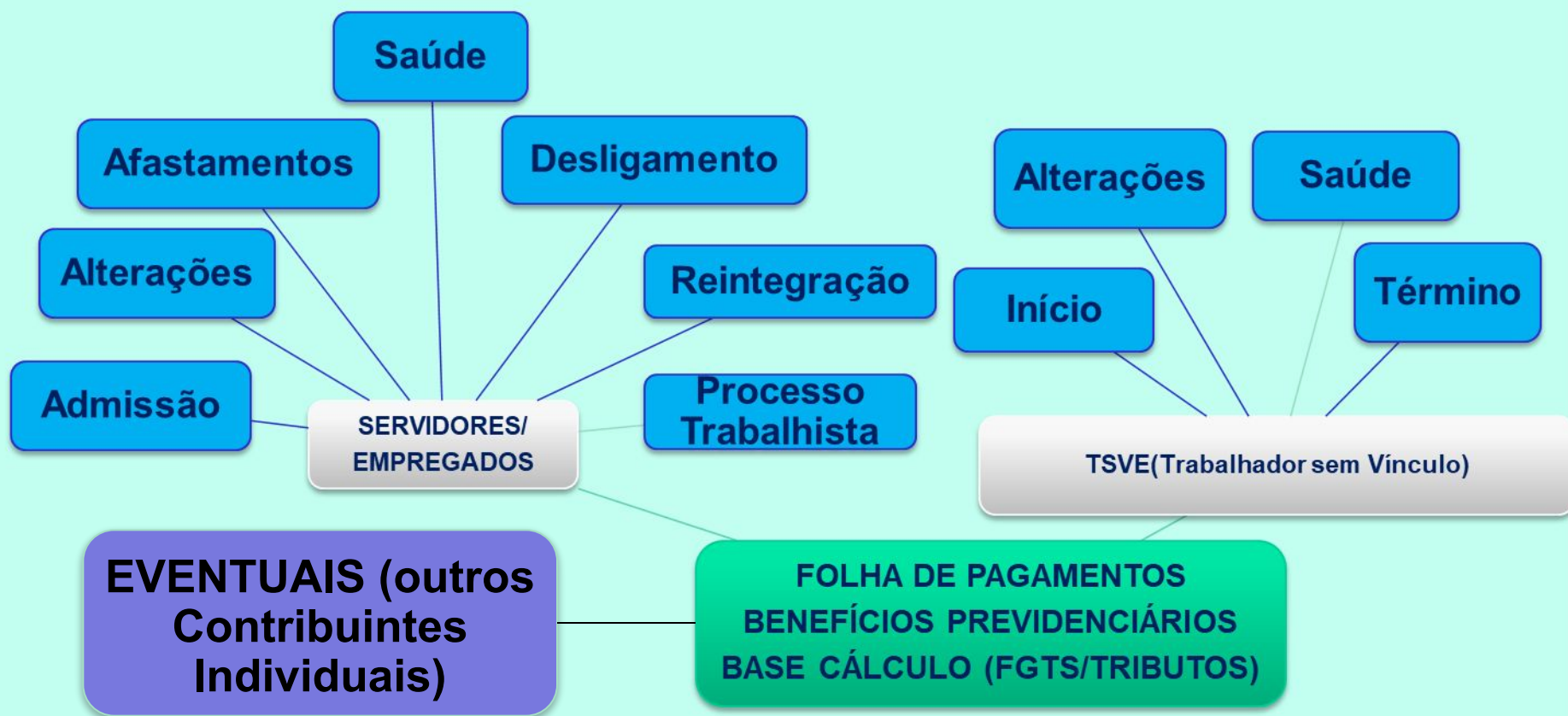
	PILARES DO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO		
	Regimes legais (básicos)		Regime contratual (complementar)
CARACTERÍSTICAS BÁSICAS	RGPS	RPPS	Regime de Previdência Privada Complementar - RPPC
Segurados	Trabalhador do setor privado e servidores públicos sem RPPS	Servidores públicos titulares de cargo efetivo	Todos os trabalhadores
Filiação	Compulsório	Compulsório	Facultativo
Natureza	Sistema público	Sistema público	Sistema privado
Gestão	INSS/RFB	Entes federativos (U, E/DF e M)	Entidades privadas de previdência complementar (abertas ou fechadas)
Proteção	Benefícios limitados ao teto	Benefícios limitados ou não ao teto	Benefícios complementares aos básicos
Fundamento Constitucional	Art. 201 da CRFB	Art. 40 da CRFB (militares – art. 42 e 142)	Art. 202 da CRFB
Fundamento legal	Leis nº 8.212 e 8.213/1991	Lei nº 9.717/1998 e leis de cada ente	LC nº 108 e 109/2001

Eventos do eSocial

✓ Eventos Periódicos;

- ✓ Remuneração do Trabalhador;
- ✓ Pagamento de rendimentos do Trabalho;
- ✓ Produção rural (aquisição e comercialização);
- ✓ Eventos de controle do movimento (reabertura e fechamento).

Uma folha de pagamento é o produto das relações de trabalho entre empregador/contratante/ente público e trabalhador em um lapso temporal



Eventos periódicos do eSocial

- ✓ Eventos de Remuneração;**
 - ✓ Representam as folhas de pagamento das empresas.**
- ✓ Devem constar todos os trabalhadores:**
 - ✓ Todas as categorias;**
 - ✓ Empregados - batimento com o RET;**

Regimes de Caixa x Competência

- ✓ O eSocial trata ambos de forma integrada;**
 - ✓ Os eventos de remuneração - regime de competência;**
 - ✓ O evento de pagamento - regime de caixa.**

Valores devidos & pagos - Fluxo

Valores devidos

1200	Remuneração RGPS
1202	Remuneração RPPS
1207	Benefícios RPPS
2299	Desligamento Servidor
2399	Desligamento TSV



Valores pagos

1210	Pagamentos
------	------------

v

S-1250 – Aquisição de Produção Rural .

Quem está obrigado a enviar:

- 1- **Pessoas Jurídicas** em geral, quando efetuar aquisição de produtos rurais de **pessoa física ou de segurado especial**, independentemente de as operações terem sido realizadas diretamente com o produtor ou com intermediário pessoa física;
- 2- **Pessoa Física** (intermediário) que adquire produção de **produtor rural pessoa física ou de segurado especial** para venda no varejo a consumidor final pessoa física, outro produtor rural pessoa física ou segurado especial;

eSocial – S 1250- Aquisição de Produto Rural

3-Entidade inscrita no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), quando a mesma efetuar a aquisição de produtos rurais no âmbito do PAA, de **produtor rural pessoa física ou pessoa jurídica**;

4- A cooperativa adquirente de produto rural;

5-A CONAB, quando adquirir produtos do produtor rural **pessoa física** ou do produtor rural **pessoa jurídica**, destinados ao Programa de Aquisição de Alimentos, instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696/2003.

S-1260 – Comercialização da Produção Rural Pessoa Física

Conceito do evento: são as informações relativas à comercialização da produção rural prestadas pelo produtor rural pessoa física e pelo segurado especial.

Quem está obrigado: o produtor rural pessoa física e o segurado especial devem informar o valor da receita bruta da comercialização da produção rural própria e dos subprodutos e resíduos, se houver, quando comercializar com:

- Adquirente domiciliado no exterior (exportação);
- Consumidor pessoa física, no varejo;
- Outro produtor rural pessoa física;
- Outro segurado especial;
- Pessoa jurídica, na qualidade de adquirente, consumidora ou consignatária;
- Pessoa física não produtor rural, quando adquire produção para venda, no varejo ou a consumidor pessoa física;
- Destinatário incerto ou quando não houver comprovação formal do destino da produção.

Cadastro dos produtores

Extinção da matrícula CEI;

Implantação do CAEPF:

- ✓ Cadastro da Atividade Econômica da PF;**
- ✓ Um CAEPF por estabelecimento rural;**
- ✓ Criado e Administrado pela RFB;**
- ✓ Marcação da condição de SE.**

MOVIMENTO

EVENTOS TOTALIZADORES DO ESOCIAL

Status do Movimento

- ✓ **Aberto: Transmissão dos eventos periódicos;**
- ✓ **Fechado: Apuração dos tributos -> eventos totalizadores**
- ✓ **Reabertura: Utilizada para retificação.**

Eventos totalizadores

Fazem as totalizações das remunerações e demais eventos periódicos objetivando:

- ✓ **Apurar bases de cálculo da CP (RGPS) e IRRF;**
- ✓ **Apurar os valores a recolher de CP.**

S-5001 - Informações das contribuições sociais por trabalhador

S-5002 - Imposto de Renda Retido na Fonte

S-5011 - Informações das contribuições sociais consolidadas por contribuinte

S-5012 – Informações do IRRF consolidadas por contribuinte

- S-2195 Totalizador de Contingência



MEI	Presta serviços	Responsabilidades	Como declarar no eSocial	Contribuição previdenciária
Sem empregado	de hidráulica, elétrica, pintura, alvenaria, carpintaria e manutenção e reparo de veículos (HEPACMrv) a empresas	do contratante	Empresa contratante declara no eSocial a contratação (S-1200, Categoria 741)	CPP da contratante = 20% x REM paga ao MEI (contratante não faz retenção da remuneração paga ao MEI)
	diversos a empresas		Empresa contratante nada declara no eSocial	Não há CPP devida pela contratante
	Ou trabalha por conta própria	do MEI	MEI nada declara no eSocial	Contribuição = 5% x salário-mínimo
Com empregado	Não pode prestar serviços mediante cessão de mão de obra			
	de hidráulica, elétrica, pintura, alvenaria, carpintaria e manutenção e reparo de veículos (HEPACMrv) a empresas	do contratante	Empresa contratante declara no eSocial a contratação (S-1200, Categoria 741)	CPP da contratante = 20% x REM paga ao MEI (contratante não faz retenção da remuneração paga ao MEI)
	Presta outros serviços a empresas		Empresa contratante nada declara no eSocial	Não há CPP devida pela contratante
	Ou trabalha por conta própria	do MEI	MEI declara no eSocial seu empregado	CPP do MEI = 3% x Piso ou salário-mínimo (do empregado) Contribuição do MEI = 5% x salário-mínimo Contribuição retida do empregado do MEI = 8% x piso ou salário-mínimo

Conceitos importantes

✓Alteração:

- ✓ Dados que em determinada época eram válidos e que, no decorrer do tempo, sofreram alteração;

✓Retificação:

- ✓ Correção de dados errados desde o nascedouro;

✓Exclusão:

- ✓ Dados que não deveriam ter sido enviados;
- ✓ Dados enviados antecipadamente relativos a eventos que não se concretizaram.

EFD-Reinf

Escrituração Fiscal Digital das Retenções e Informações das Contribuições Previdenciárias



Uma nova era nas relações entre empregadores, empregados e governo



EVENTOS DO EFD-Reinf (usa as informações das bases CNPJ, CPF e CNO da RFB)

R-1000 - Informações do Contribuinte

R-1070 - Tabela de Processos Administrativos/Judiciais

Eventos de tabela

R-2010 - Retenção Contribuição Previdenciária - Tomadores de Serviços

R-2020 - Retenção Contribuição Previdenciária - Prestadores de Serviços

batimento

R-2030 - Recursos Recebidos p/ Associação Desportiva

R-2040 - Recursos Repassados p/ Associação Desportiva

batimento

R-2050 - Comercialização da Produção por Produtor Rural PJ/Agroindústria

R-2060 - Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta-CPRB (sai da EFD-contribuição)

~~R-2070 - Retenções na Fonte - IR, CSLL, Cofins, PIS/PASEP - Pagamentos diversos (DIRF)~~

R-3010 - Receita de Espetáculo Desportivo

R-2098 - Reabertura dos Eventos Periódicos

R-2099 - Fechamento dos Eventos Periódicos (para gerar o DARF)

R-4000 - Exclusão de Eventos

R-4010 - Solicitação de Totalização de Bases e Tributos

R-5001 - Informações das bases e dos tributos consolidados por contribuinte

Eventos
de
controle



Uma nova era nas relações entre empregadores, empregados e governo

DCTF WEB

DCTF WEB

- ✓ Declaração que substituirá a GFIP e que será gerada a partir das informações prestadas no eSocial, EFD-Reinf entre outras;
- ✓ Apuração automática dos débitos e, quando for o caso, dos créditos;
- ✓ Débitos (contrib. previdenciária, contribuição para outras entidades e fundos, IRRF);
- ✓ Créditos (Salário-Família, Salário-Maternidade e Retenções sobre notas fiscais).

DCTF WEB

Características:

- ✓ Não há DCTF-Web sem a transmissão prévia do eSocial e/ou da EFD-Reinf;
- ✓ Retificação da DCTF-Web sempre vinculada à escrituração de origem;
- ✓ Integração c/sistemas da RFB para consulta e aproveitamento de créditos tributários (compensações, recolhimentos efetuados, parcelamentos, etc);

IN RFB nº 1.787, de 2018:

Art. 13. A **DCTFWeb substitui a Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP) como instrumento de confissão de dívida e de constituição do crédito previdenciário.** (Redação dada pelo(a) Instrução Normativa RFB nº 1819, de 26 de julho de 2018)

§ 1º A entrega da DCTFWeb será obrigatória em relação aos tributos cujos fatos geradores ocorrerem:

I - a partir do mês de agosto de 2018, para as entidades integrantes do “Grupo 2 - Entidades Empresariais”, do Anexo V da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 6 de maio de 2016, com faturamento no ano-calendário de 2016 acima de R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais); (Redação dada pelo(a) Instrução Normativa RFB nº 1819, de 26 de julho de 2018)

II - **a partir do mês de janeiro de 2019, para os demais sujeitos passivos,** exceto para aqueles previstos no inciso III deste parágrafo e no § 3º; e

III - a partir do mês de julho de 2019, para os entes públicos integrantes do “Grupo 1 - Administração Pública”, do Anexo V da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 2016.

Documento de arrecadação

A GPS será substituída por:

✓DARF – Documento de Arrecadação de Receitas Federais - numerado com código de barras:

- Contribuintes em geral;
- Gerado no ambiente DCTF Web;

✓DAE - Documento de Arrecadação do eSocial:

- Para empregadores domésticos e segurado especial;
- Gerado no portal do eSocial.

Fontes de consulta sobre eSocial

EMPRESAS

[Conheça o eSocial](#)[Produção Empresas](#)[Notícias](#)[Documentação Técnica](#)[Manual WEB GERAL](#)[Perguntas Frequentes](#)[Consulta Qualificação Cadastral](#)[Legislação](#)[Produção Restrita - Ambiente de Testes](#)[Tutoriais em vídeo para empresas](#)

MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

[Manual WEB MEI](#)

VERSÃO ESOCIAL: PROD. V.2.4.02 E NT 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08 | PROD. RESTRITA V.2.4.02 E NT 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08



Nova ferramenta de monitoramento de disponibilidade do eSocial entra em operação

Ferramenta dá mais transparência ao eSocial. Usuário pode verificar se os Web Services do Ambiente Nacional estão operando normalmente. Serão monitorados os ambientes de produção (dados oficiais) e de produção restrita (testes).

AGENDA

19/09/2018 - Publicada Nota Técnica nº 09/2018

14/09/2018 - Publicada a versão 2.0 da Nota de Documentação Evolutiva 01/2018 - Eventos de SST

29/08/2018 - Limpeza da base do ambiente de produção restrita

28/08/2018 - Entra em operação o eSocial BX

02/08/2018 - Limpeza da base do ambiente de produção restrita

[AGENDA COMPLETA](#)[Trabalho Doméstico](#)[Empresas e Entes Públicos](#)[Notícias](#)

www.arvoredokonhecimento.org.br



ENTRAR



ENTRAR



ENTRAR

Visite ainda:

*o canal: **youtube.com/profeduardotanaka**
(do Coordenador Nacional do eSocial/órgãos
públicos)*